



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### ATA 231

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e treze, às quatorze horas, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Sr. Tierri Rafael Angeluci e Sra. Nelsi Maristela Valigura (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Suelen Francine Rigoni (Fundação Municipal Proamor); Sra. Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação); Sra. Vanduire Arcoverde Silva (Secretaria Municipal de Administração). Os **conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Sra. Eliane Scolimoski (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Anne Christine Pedroso. Os **conselheiros não governamentais titulares**: Sra. Marialva Ribas Kincheski (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Sra. Érica Francine Pilarski Clarindo (Vice – Presidente) e Sra. Isabela Martins Nadal (Profissionais da Área da Assistência Social); Sr. Luiz Cezar da Silva (Presidente) (Entidades de Proteção Social Básica); Sra. Cléa Maria Mathias Pereira (Usuários da Assistência Social). Os **conselheiros não governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Sr. Mauro César Shardt Dancosky e Sr. Cleberson Leopoldino Antunes Palhano (Usuários da Assistência Social). **Registramos as presenças**: Sra. Lucília do Rocio Lopes Andrade (Secretária Executiva); Sra. Ariane Ewert (Estagiária do CMAS); Sra. Patrícia Mitui (Assistente Administrativo do CMAS); Sra. Sandra Cisco (Divisão de Monitoramento, Controle Social e Sistemas de Informação/SMAS); Irmã Silvonete (presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA). **Justifica-se a ausência da conselheira**: Fernanda de Almeida da Silva. A reunião tem a seguinte pauta: 1- Apreciação e aprovação da pauta, 2- Aprovação das atas nº 229 e 230, 3- Informes Gerais, 4- Informes da Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social, 5- Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos, 5.1- Projetos das Entidades com cofinanciamento dos recursos do SUAS, 6- Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS, 6.1- Relatório de Gestão Municipal de Assistência Social 2012, 6.2- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, 7- Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social, 8- Apreciação do parecer da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades de Assistência Social. **Abertura**: Com o quórum estabelecido, o presidente Sr. Luiz Cezar inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Dá as boas

38 vindas para a visitante Irmã Silvonete que faz a sua apresentação como presidente do  
39 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA. O presidente Sr.  
40 Luiz Cezar segue com o primeiro item da pauta - Apreciação e aprovação da pauta.  
41 **Aprovado.** Item dois (2)- Aprovação das atas nº 229 e 230. **Aprovado.** Item três (3)-  
42 **Informes Gerais:** A Secretária Executiva, Lucília Andrade, apresenta os ofícios  
43 expedidos no mês de junho: ofícios nº46 ao nº57 e nº66 foram expedidos para  
44 Entidades suspendendo as inscrições sob pena de cancelamento; ofício nº58 para a  
45 CONVIVA com a indicação dos conselheiros que irão integrar a Comissão; ofício nº59  
46 para ABASE com a justificativa referente à interrupção dos serviços da UPA; ofício nº 60  
47 para o CMDCA com a indicação dos conselheiros para comporem a Comissão  
48 Municipal Intersectorial de Socioeducação – SINASE; ofício nº 61 para o Conselho  
49 Municipal de Controle do Programa Bolsa Família com a negativa referente a cadeira de  
50 membro neste Conselho; ofício nº 62 para o Recanto Maria Dolores indeferindo a  
51 solicitação de elevação de convênio; ofício nº 63 para a Promotoria de Justiça com o  
52 parecer referente a Associação Vila Velha; ofício nº64 para a Secretaria Municipal de  
53 Administração e Assuntos Jurídicos solicitando alteração dos representantes da  
54 Fundação Proamor neste Conselho; ofício nº 65 para o Gabinete do Prefeito  
55 encaminhando a Resolução nº 22 referente ao concurso público. Menciona as seguintes  
56 Resoluções emitidas: **RESOLUÇÃO 17/2013** aprova o Termo de Aceite do Programa  
57 Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho; **RESOLUÇÃO 18/2013**  
58 aprova o Plano de Aplicação dos Recursos superávit financeiro para 2013;  
59 **RESOLUÇÃO 19/2013** aprova o Plano de Aplicação dos Recursos do SUAS para 2013;  
60 **RESOLUÇÃO 20/2013** aprova o Reordenamento do Serviço de Convivência e  
61 Fortalecimento de Vínculos; **RESOLUÇÃO 21/2013** rejeita o Termo de Aceite da  
62 terceira Residência Inclusiva; **RESOLUÇÃO 22/2013** solicita que o Prefeito determine a  
63 realização de concurso público; **RESOLUÇÃO 23/2013** aprova a Readequação dos  
64 Serviços do CREAS. A Secretária executiva diz que não há ofícios recebidos, mas  
65 existe uma pendência da reunião anterior do ofício da COMPETI, ficando a conselheira  
66 Ronilda de Titular e em aberto a suplência. Irmã Silvonete diz que essa Comissão atua  
67 nas questões relacionadas ao trabalho infantil sendo importante que um dos membros  
68 indicados tenha relação com essa área. A conselheira Eliane se prontifica em assumir a  
69 suplência. Ainda nos Informes, a secretária comunica o convite da reunião Ampliada e  
70 Descentralizada do CEAS que será dia onze de julho em Cascavel. Diz que pela  
71 indisponibilidade do presidente, foi autorizada a contatar com os demais conselheiros.  
72 Por considerar que a gestão do presidente é não governamental, realizou contato  
73 primeiramente com os conselheiros titulares não governamentais. Entre os contatados,  
74 a conselheira Sra Cléa se prontificou, mas, por coincidência a conselheira Marialva

75 estará em Cascavel nessa data. Tendo em vista o curto prazo para viabilização de  
76 recurso financeiro, optou-se pela confirmação da conselheira Marialva que participará  
77 com recursos próprios. Comunica que estão abertas as inscrições para a Reunião  
78 Ampliada e Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social que será em  
79 Porto Alegre nos dias 23, 24 e 25 de julho. O conselheiro Tierri fala que as diárias da  
80 Prefeitura são muito baixas mencionando que são regulamentadas por um Decreto com  
81 definição de valores conforme a solicitação. Exemplifica dizendo que para um evento  
82 em Curitiba sendo ida e volta o valor é menor, mas que será maior se for período  
83 integral. Irmã Silvonete fala que o representante não governamental sempre enfrenta  
84 dificuldade. Diz que o representante presta serviço público para o Município, que o  
85 Conselho delibera encaminhando para viabilização e mesmo autorizado pela  
86 Controladoria, há dificuldade na liberação para quem não é funcionário. Fala que  
87 participou da Conferência Nacional em Brasília com recurso do município, enfatizando a  
88 importância dessa participação para quem não é governamental. Entende que a  
89 atuação dos membros não governamentais ficaria comprometida se for tolhida a  
90 participação em eventos externos. O conselheiro Tierri sugere que seja enviado ofício a  
91 Controladoria solicitando esclarecimentos quanto ao assunto. As conselheiras Isabela e  
92 Leni se prontificam a participar do evento. O presidente Sr. Luiz Cezar coloca para  
93 aprovação da plenária a participação das conselheiras no evento, sendo uma  
94 governamental e outra não governamental, e também a consulta junto à Controladoria  
95 referente à liberação do recurso. **Aprovado.** A secretária Lucília fala da  
96 videoconferência sobre a Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do  
97 Sistema Único de Assistência Social- PNEP que aconteceu no dia vinte e seis de junho  
98 na Sede da Regional da Secretaria de Estado da Saúde. Diz que o CMAS foi  
99 representado pela conselheira Ronilda que, durante reunião de Comissão, se prontificou  
100 em participar. Apresenta o convite da IV Conferência Municipal da Educação em Ponta  
101 Grossa no auditório da UEPG dia vinte e nove de junho. Finalizados os informes, o  
102 presidente Sr. Luiz Cezar pergunta à secretária Lucília se a Promotoria Pública deu  
103 algum retorno sobre o ofício enviado e a secretária responde que não. O presidente Sr.  
104 Luiz Cezar lembra que mencionou na reunião anterior que a Promotoria às vezes se  
105 torna inoperante se referindo ao envio do ofício sem retorno. Irmã Silvonete  
106 complementa dizendo que quando a Promotoria precisa tomar certas atitudes determina  
107 ações para o Conselho. Fala que por um lado vê o reconhecimento do conselho, mas,  
108 que por outro lado tudo passa a ser responsabilidade do CMDCA. Exemplifica dizendo  
109 que embora o Conselho tutelar tenha autonomia para tomar providências, às vezes  
110 entende que a competência é do CMDCA. Diz que a Promotoria Pública também  
111 encaminha para o Conselho mesmo podendo tomar uma providência. Considera que o

112 CMDCA tem sobrecarga de trabalho devido às inúmeras denúncias que demandam de  
113 investigação pela Comissão de Sindicância. Na sequência, o presidente Sr. Luiz Cezar  
114 passa para o item quatro (4) - **Informes da Comissão Organizadora da IX**  
115 **Conferência Municipal de Assistência Social**. A relatora Érica fala que as reuniões  
116 aconteceram nos dias três e sete de junho estando presentes os conselheiros Sr. Luiz  
117 Cezar, Érica, Leni, Maristela e Tierri. Faz a leitura dos relatos anteriores constando: a  
118 falta de um orçamento para o ticket alimentação; o hotel Slaviero como vencedor da  
119 licitação; o envio dos nomes dos facilitadores pelo CEDPS; a página *on line* em teste  
120 que estará no ar dia primeiro de julho; o Sr. Leonardo Prudente do MDS como  
121 palestrante. A relatora diz que se discutiu sobre as mobilizações nos CRAS e foi  
122 pensado em contratar uma empresa para atuar nas mobilizações, mas que foi dito pela  
123 Sra. Rosane (Divisão de Monitoramento) que não haveria tempo hábil para a  
124 contratação. A Comissão solicitou a presença da Sra. Carla Bühner na reunião  
125 indagando se os coordenadores dos CRAS poderiam assumir as mobilizações. Com a  
126 afirmativa da Sra. Carla Bühner, decidiu-se elaborar material para facilitar o trabalho das  
127 equipes dos CRAS e a Sra. Sandra se prontificou a preparar os slides e repassar o  
128 conteúdo de forma explicativa para a equipe. Relata que procederam com a divisão das  
129 vagas dos delegados totalizando: (128) cento e vinte e oito vagas governamentais,  
130 sendo (18) dezoito destinadas aos conselheiros governamentais e (128) cento e vinte e  
131 oito não governamentais, estando inclusas as (18) dezoito vagas para conselheiros não  
132 governamentais. Diz que a conselheira Isabela, o conselheiro Tierri, a secretária  
133 executiva, a estagiária e a Sra. Sandra estão se reunindo para esquematizar as  
134 deliberações das últimas Conferências que serão avaliadas nos grupos de trabalho.  
135 Fala que se reuniram no dia vinte de junho sendo complementado pelo conselheiro  
136 Tierri que concluíram dois eixos. A relatora fala que os delegados não governamentais  
137 serão divididos em: (45) quarenta e cinco vagas para usuários, sendo cinco de cada  
138 CRAS; (41) quarenta e uma vagas para Entidades Inscritas no CMAS; (24) vinte e  
139 quatro vagas para trabalhadores da área e (18) dezoito conselheiros não  
140 governamentais. Informa que a reunião com os integrantes dos CRAS aconteceu no dia  
141 sete de junho com explanação do conteúdo, entrega de material de divulgação e  
142 material impresso a ser utilizado. Comunica que o dia doze de junho (12/06) foi o prazo  
143 limite para que os CRAS apresentassem às datas que seriam realizadas as  
144 mobilizações. Fala que as Entidades foram orientadas para encaminhar os seus  
145 usuários para participarem das mobilizações nos CRAS. Menciona que o Regimento  
146 Interno foi elaborado e que foi indicada a funcionária Vera Lucia dos Santos Pereira, do  
147 CREAS, para elaborar a ata da IX Conferência explicando que há algum tempo as Atas  
148 de Conferência são redigidas por ela. Aponta que se levantou a necessidade de

149 adequar a paridade na Comissão devido à alteração de representatividade da  
150 conselheira Ana Duda. Relata que algumas mobilizações já aconteceram e a secretária  
151 Lucília comunica que haverá duas mobilizações amanhã, vinte e oito de junho, ficando o  
152 convite se algum conselheiro quiser participar. Será às nove horas no CRAS Nova  
153 Rússia e às treze horas e trinta minutos no Jardim Paraíso. A secretária Lucília diz que  
154 os CRAS consideram muito importante a presença dos conselheiros. A conselheira  
155 Isabela fala que uma acadêmica lhe relatou que a mobilização teve adesão da região. A  
156 acadêmica disse que foi muito bom ver que integrantes da escola e das instituições  
157 participaram. Acrescenta citando a fala de um participante: *“que bom que agora a gente*  
158 *fala o que é o CRAS”*. A secretária Lucília fala que da importância dessa parceria entre  
159 CRAS e Entidade exemplificando que na semana das mobilizações choveu muito  
160 alagando o CRAS Jardim Carvalho sendo necessária a transferência da mobilização  
161 para a entidade APAE. O conselheiro Tierri comenta que está em processo a locação de  
162 uma casa para o CRAS Jardim Carvalho. O presidente Sr. Luiz Cezar retoma a questão  
163 da paridade da Comissão Organizadora sugerindo a inclusão de um conselheiro não  
164 governamental e/ ou saída de um conselheiro governamental. A conselheira Suelen se  
165 dispõe em deixar da comissão e o presidente Sr. Luiz Cezar expõe para aprovação.  
166 **Aprovado.** A conselheira Isabela fala que se reuniu juntamente com o Tierri, a Sandra e  
167 a Lucília para fazer o levantamento das deliberações das Conferências anteriores  
168 citando que os informes orientam pela atividade precedendo a Conferência. Menciona  
169 que concluíram dois eixos faltando quatro eixos. Diz que o trabalho para separar as  
170 deliberações por eixo foi realizado pela secretária Lucília. E que a ação da equipe é  
171 para dizer o que foi implantado colocando dentro das normativas, e para o que não foi  
172 implantado apresentar justificativa. Aponta que ficaram em dúvida em algumas  
173 deliberações, mas que posteriormente enviarão para gestão verificar. O presidente Sr.  
174 Luiz Cezar fala que neste ano a Conferência é uma avaliação dos oito anos anteriores.  
175 Irmã Silvonete pergunta em quantos dias acontecerá a Conferência sendo respondido  
176 pelo presidente que será um dia complementando que a eleição ficou para o final do  
177 ano. Fala que no CMDCA a Conferência foi feita juntamente com a eleição e que, em  
178 sua opinião, foi a pior coisa porque no meio da avaliação das propostas precisaram se  
179 ausentar para a eleição devendo primeiramente ouvir as propostas dos candidatos. O  
180 presidente Sr. Luiz Cezar esclarece que o local está definido faltando somente o ticket  
181 refeição. O conselheiro Tierri diz que o ticket está travado e a assistente social Sandra  
182 Cisco fala que os dois orçamentos não foram aceitos sendo necessário apresentar três.  
183 Diz que a maioria das empresas estabeleceu uma regra que não permite vender para o  
184 poder público somente para empresas privadas e até o momento não conseguiram o  
185 terceiro orçamento. Mostra-se preocupada de que mesmo obtendo o terceiro não dê

186 tempo para licitação. A conselheira Érica fala que é uma burocracia da Prefeitura por  
187 considerar que faz quatro meses que a Gerência está buscando resolver. Diz que não é  
188 falta de interesse de quem está encaminhando o processo eximindo a culpa da  
189 secretaria e entendendo que a prefeitura poderia aceitar os dois orçamentos para a  
190 licitação. A conselheira Isabela diz que a legislação não permite se referindo a Lei nº  
191 8.666/ 93. Irmã Silvonete sugere tentativa de orçamento fora do município sendo  
192 respondido que esses orçamentos foram buscados em outros municípios. O presidente  
193 Sr. Luiz Cezar indaga a possibilidade de contratação de um Buffet e o conselheiro Tierri  
194 lembra que o Hotel Slaviero não comporta trezentas pessoas devendo ser em outro  
195 local. O presidente Sr. Luiz Cezar pergunta à conselheira Suelen se há como utilizar o  
196 Ginásio do Deficiente sendo respondido por ela que acredita ser possível e se  
197 compromete em conversar com o diretor, conselheiro Jefferson. A assistente social  
198 Sandra diz que é necessário verificar se há tempo hábil e o presidente pergunta se tem  
199 como dispensar a licitação. O conselheiro Tierri fala que o valor total deve ser inferior a  
200 oito mil e quinhentos reais. Irmã Silvonete diz que há como fazer um Buffet de R\$ 15,00  
201 (quinze reais) por pessoa se for com um tipo de carne. O conselheiro Tierri aponta a  
202 necessidade de locação de mesas, cadeiras, pratos, copos e talheres. Irmã Silvonete se  
203 prontifica em apresentar, na segunda feira trinta de junho, um orçamento de Buffet  
204 incluindo esses utensílios. O presidente Sr. Luiz Cezar pede ao conselheiro Tierri para  
205 repassar à funcionária Sra. Rosane que proceda com o encaminhamento de outros dois  
206 orçamentos. Findo este item, o presidente Sr. Luiz Cezar passa para o item (5)-  
207 **Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos.** A  
208 relatora Érica fala que no dia da reunião estavam presentes: Sr. Luiz Cezar, Érica,  
209 Marcelo e Lucília para análise dos projetos das Entidades cofinanciadas com recursos  
210 do SUAS lembrando que se trata de verba federal. Diz que a Comissão aprovou todos  
211 os projetos fixando prazo limite até dezembro de 2013. Cita que o convênio do ano  
212 anterior vence em julho, porém a Comissão sugere que seja aprovado até dezembro  
213 justificando que será estudada a proposta da realização de edital. Diz ainda que este é o  
214 único convênio que passa de um exercício a outro. O presidente Sr. Luiz Cezar lembra  
215 que o convênio já foi aprovado anteriormente e que agora coube somente à  
216 apresentação da documentação para renovação sendo mantidas as metas. Diz que  
217 incluíram duas entidades que não foram contempladas na definição do valor per capita,  
218 citando a APAM. Explica que a Comissão sugeriu essa alteração de prazo intuindo a  
219 finalização no presente exercício. A conselheira Érica lembra que os valores destes  
220 convênios juntamente com os da Proamor foram aprovados no início do ano através de  
221 resolução faltando apenas à aprovação dos projetos. O presidente Sr. Luiz Cezar fala  
222 que essa verba federal repassa um valor pequeno e a assistente social Sandra

223 complementa que totaliza R\$ 18.000,00 (dezoito mil) para divisão entre as Entidades  
224 significando um auxílio para as ações das Entidades. O presidente Sr. Luiz Cezar abre  
225 para aprovação da plenária. **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz Cezar segue com o item  
226 (6)- **Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS.** O  
227 presidente diz que o primeiro item constante da pauta (relatório de Gestão Municipal de  
228 Assistência Social 2012) foi retirado por solicitação da Gerência Técnica para alterações  
229 e será apresentado no mês de julho. O conselheiro Tierri justifica que não foi fixado  
230 prazo finalização pelo Escritório Regional e a Gerência irá refazer alguns itens para  
231 apreciação na próxima plenária. No item seguinte: 6.2- **Serviço de Convivência e**  
232 **Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes,** a relatora, estagiária  
233 Ariane diz que a Comissão se reuniu no dia vinte e quatro de junho estando presentes:  
234 o Sr. Luiz Cezar, Érica, Francisco, Irmã Silvonete, Sandra Cisco, Carla Bühner e Lucília.  
235 Relata que se analisou o ofício recebido da Secretaria de Assistência Social solicitando  
236 avaliação do Conselho para aumento de quinhentas (500) metas até agosto de 2013,  
237 mil e quinhentas (1.500) metas até janeiro de 2014, duas mil (2.000) metas até janeiro  
238 de 2015 para contra turno social com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social  
239 – FMAS. Diz que a justificativa apresentada é a determinação da Vara da Infância e da  
240 Juventude. Menciona que a presidente do CMDCA se fez presente na reunião  
241 informando que uma Comissão analisou a determinação contatando com as Entidades e  
242 definindo o seguinte número de vagas: Cidade dos Meninos (60) sessenta vagas; Aldeia  
243 da Criança (50) cinquenta vagas; Associação Antonio e Marcos Cavanis - Casa do  
244 Menor Irmãos Cavanis (60) sessenta vagas; Jovens com Uma Missão – JOCUM (100)  
245 cem vagas; Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV (30) trinta  
246 vagas; Associação de Promoção à Menina APAM (20) vinte vagas; Aliança Brasileira de  
247 Assistência Social e Educacional – ABASE – Casa do Pía (50) cinquenta vagas. Fala  
248 que o parecer da Comissão foi favorável pela formalização do convênio diretamente  
249 com o Fundo Municipal de Assistência Social no período de agosto a dezembro de  
250 2013. Diz que no dia vinte e seis de junho a Comissão se reuniu novamente estando  
251 presentes: o Sr. Luiz Cezar, Fernanda, Leni, Nelsi, Lucília e a estagiária Ariane. Fala  
252 que analisaram os Planos de Aplicação de cada Entidade e o processo de R\$ 25.000,00  
253 (vinte e cinco mil) para repasse de auxílio à Associação de Pais e Amigos do Deficiente  
254 Visual – APADEVI. O parecer da Comissão foi pela revogação da resolução 17/2012  
255 válida até dezembro de dois mil e doze e emissão de nova resolução validando o  
256 repasse do auxílio para a Entidade– APADEVI. O presidente Sr. Luiz Cezar esclarece  
257 que essa verba é para construção e foi aprovada no ano anterior juntamente com outras  
258 Entidades beneficiadas na época através dessa resolução 17/2012. Nomina como  
259 Entidade beneficiada: Associação Ministério Melhor Viver com R\$100.000,00 (cem mil);

260 Núcleo Promocional Pequeno Anjo com R\$30.000,00 (trinta mil); Associação  
261 Comunitária de Apoio ao CEPRAF com R\$20.000,00 (vinte mil) e APADEVI com  
262 R\$25.000,00 (vinte e cinco mil). Relata desconhecem o motivo pelo não recebimento  
263 por parte da APADEVI uma vez que as demais receberam no exercício anterior ficando  
264 preterida a APADEVI. Diz que o processo está em trâmite e houve a solicitação da  
265 Controladoria para emissão de Resolução com validade neste exercício. Apresenta  
266 como sugestão da Comissão a aprovação de resolução atualizada para posterior  
267 repasse para a Entidade. **Aprovado.** A relatora Ariane fala que conforme ofício  
268 202/2013 do CMDCA referendaram-se as Entidades que comporão a primeira fase do  
269 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Contraturno Social com o  
270 financiamento para atendimento das metas através do Fundo Municipal de Assistência  
271 Social. Relata que a Comissão orienta para comparação dos projetos apresentados com  
272 os Planos de Aplicação anteriores evitando duplicidade de despesa. Aponta os ajustes  
273 necessários por Entidade: Instituto Educacional Duque de Caxias (Cidade dos Meninos  
274 e Aldeia da Criança Davi Federman) – realizar visita em conjunto com a Divisão de  
275 Monitoramento para observar a capacidade de metas da instituição; Associação Antonio  
276 e Marcos Cavanis – confrontar o Plano de Aplicação com o projeto apresentado;  
277 Associação Reviver de Assistência ao Portador de Vírus HIV – corrigir o cronograma  
278 readequando o Plano de Aplicação para cinco meses (agosto a dezembro de 2013);  
279 Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional / Casa do Pá – corrigir o  
280 cronograma readequando o Plano de Aplicação para cinco meses; Jovens com Uma  
281 Missão/ JOCUM – adequação do cronograma para cinco meses e supressão da  
282 despesa do contador; Associação de Promoção à Menina/ APAM – em conformidade. A  
283 relatora prossegue informando que se tratou sobre o ofício recebido do Ministério  
284 Público com indagações sobre a Entidade Colméia Espírita. A conselheira Érica faz a  
285 leitura do ofício e o conselheiro Tierri fala sobre as modalidades mencionadas no ofício,  
286 sendo: um, dois ou três dizendo que a classificação em três modalidades se dá  
287 conforme o tipo de convivência na Entidade. Diz que consideram o grau de dependência  
288 dos idosos partindo dessas três modalidades e o questionamento do Ministério é em  
289 qual modalidade a Entidade se insere e que dependendo da modalidade faz-se  
290 necessário um profissional de enfermagem. Expõe que na primeira modalidade são  
291 idosos com pouca dependência sem exigência desse profissional e, nas outras duas há  
292 a exigência do profissional de enfermagem. Confirma que na Entidade Colméia existem  
293 os três casos. A conselheira Isabela sugere que sejam fornecidas as informações que  
294 competem ao CMAS e a conselheira Marialva considera que poderia ser encaminhado  
295 ao setor de saúde. A conselheira Érica diz que o ofício foi encaminhado ao Gabinete da  
296 secretária, porém nominado ao Conselho do Idoso. A assistente social Sandra fala que



297 o Conselho do Idoso foi formado agora e talvez não tenha subsídios para responder ao  
298 solicitado. A conselheira Érica argumenta que se o ofício está endereçado ao Conselho  
299 do Idoso não há como ser respondido por este Conselho. O conselheiro Tierrri diz que a  
300 secretária passou o ofício para a Gerência Técnica e ele entendeu que deveria repassar  
301 ao CMAS por se tratar do órgão fiscalizador da Entidade. O presidente Sr. Luiz Cezar  
302 entende que não cabe ao CMAS responder diretamente ao Ministério Público e sim  
303 remeter para que Conselho do Idoso aprecie e responda ao Ministério Público. A  
304 sugestão do presidente é **aprovada**. O presidente Sr. Luiz Cezar retoma a discussão do  
305 contra turno e se reportando à visitante Irmã Silvonete diz que a Comissão analisou os  
306 projetos das Entidades considerando que somente a APAM apresentou projeto em  
307 conformidade. Fala que será necessário comunicar as demais Entidades para as  
308 alterações necessárias. Aponta que no Plano do JOCUM consta a contratação de um  
309 contador que é vedado pela legislação. A visitante Irmã Silvonete manifesta dúvida no  
310 Plano do JOCUM por constar equipe de voluntários entendendo que será necessária  
311 contratação de equipe técnica. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que será preciso realizar  
312 visita em duas Entidades. Irmã Silvonete relembra dos projetos “cata-vento” dizendo que  
313 funcionavam nos bairros e que infelizmente foram encerrados pela gestão anterior. Diz  
314 que o CMDCA e a Vara da Infância pressionaram, mas que nada foi feito. Menciona que  
315 o município levantou quatorze mil crianças e adolescentes em situação de pobreza e  
316 quase três mil em extrema pobreza. Diz que a atual gestão está sendo pressionada para  
317 tomar providências informando que após conversa com o Prefeito foi designada uma  
318 Comissão que traçou três metas a curto, médio e longo prazo. Fala que definiram pelo  
319 aumento de quinhentas vagas para agosto deste ano através da própria rede  
320 socioassistencial. Para o ano de 2014 mil definiram quinhentas metas e para 2015 duas  
321 mil metas. Comunica que foi apresentado o projeto para duas juízas e duas promotoras  
322 e que, depois de pactuado, o CMDCA deliberou pela aprovação das metas através de  
323 resolução. Diz que a primeira fase não alcançou as quinhentas metas propostas  
324 faltando cento e trinta. Informa que o Instituto João XXIII disponibilizou esse quantitativo  
325 faltante se o valor per capita fosse de cento e cinquenta reais justificando que precisaria  
326 contratar a equipe completa. Diz ainda que houve divulgação no *site* da prefeitura e na  
327 mídia e que há o compromisso de envio (amanhã) de relatório ao Ministério Público  
328 pontuando os encaminhamentos realizados até o momento. Comunica que o  
329 lançamento será dia vinte e dois de julho sendo importante a presença deste Conselho  
330 para que se possa aproveitar esse espaço para discussão sobre a política pública.  
331 Exemplifica que aconteceu ontem no Centro de Cultura um evento sobre drogas  
332 organizado pelo Conselho Municipal Antidrogas / COMAD contando com a presença  
333 dos Secretários da Assistência Social, da Saúde, da Segurança Pública, da Educação e

334 representante da UEPG. Diz que participou representando as Entidades de Atendimento  
335 em Comunidade Terapêutica e que foi debatido acerca da Política sobre drogas. Relata  
336 que o evento foi emocionante para ela e que talvez no lançamento, dia vinte e dois,  
337 também pudessem discutir alguns assuntos relativos à Política de Assistência. A  
338 conselheira Isabela observa que essa realidade não é só de Ponta Grossa mencionando  
339 que nos municípios que trabalhou, citando Irati e União da Vitória não há programas  
340 para atendimento da questão álcool e drogas. Completa dizendo que município pequeno  
341 não tem o CAPS. Irmã Silvonete fala que a secretária de educação abordou sobre a  
342 escola integral mencionando que a educação está fazendo a sua parte na questão de  
343 contra turno. Fala que pediu para educação enviar ao CMDCA um levantamento de  
344 quantas escolas trabalharão em período integral e o número de crianças que serão  
345 atendidas no contra turno para cruzamento de informações. Aborda sobre a falta de  
346 vaga no contra turno comunicando que as Entidades informaram sobre a dificuldade do  
347 vale transporte e foram orientadas de que crianças até doze anos recebem vale  
348 transporte gratuitamente pela Viação Campos Gerais. A conselheira Leni fala que  
349 somente a Escola Zilá funciona em período integral oferecendo almoço e repasse de  
350 vale transporte. Diz que há seleção de oito para colocar a grade. A conselheira Marialva  
351 fala que é lei e todas deverão se adaptar até dois mil e cinquenta. Irmã Silvonete retoma  
352 sobre a visita que o CMAS fará nas duas Entidades citadas sugerindo que se dê em  
353 conjunto com o CMDCA e Conselho Tutelar. O presidente Sr. Luiz Cezar informa que  
354 eram duas mil crianças atendidas pelo extinto Programa Cata Vento. Diz que, das seis  
355 Entidades analisadas aprovaram-se quatro ficando as outras duas aguardando visita.  
356 Com relação ao convênio, diz que a primeira proposta era de repasse do recurso do  
357 Fundo para a Fundação Proamor que firmaria o convênio com as Entidades. Na análise,  
358 a Comissão foi de parecer contrário por considerar que se o recurso está no FMAS o  
359 convênio poderá ser diretamente com o Fundo. Explica que essas Entidades já  
360 possuem convênio com a Fundação Proamor e careceriam de aditivo cujo limite  
361 permitido talvez não atingisse as metas propostas. Irmã Silvonete lembra a necessidade  
362 de orientar as Entidades para mudarem o Plano de Aplicação no sistema desvinculando  
363 da Fundação Proamor. O presidente Sr. Luiz Cezar indaga se a plenária concorda que o  
364 convênio seja feito diretamente com o Fundo assegurando que as Entidades serão  
365 comunicadas sobre as alterações. Frisa quais alterações serão necessárias conforme  
366 consta no parecer da Comissão: alteração da fonte repassadora, exclusão do  
367 pagamento com contador e redução de doze meses para cinco. Lembra que retornarão  
368 para análise as duas Entidades pertencentes ao IEDC sugerindo a visita para a próxima  
369 semana e possível aprovação na plenária seguinte. A conselheira Isabela faz uma  
370 observação dizendo que ao se pensar em política pública não há como incorrer que

371 novamente se troque a gestão e o serviço seja cortado. Há que se começar a discutir  
372 que o poder público deve assumir seu compromisso não podendo depender da boa  
373 vontade de alguém querer fazer, como ocorreu nos últimos oito anos. Argumenta que  
374 criança é prioridade absoluta e em se tratando de prioridade absoluta faz-se necessário  
375 investir recurso. Diz que se deve começar a pensar nisso considerando que ao transferir  
376 a responsabilidade para instituição está crescendo um peso a mais e a instituição irá  
377 atender da forma como pode. Exemplifica dizendo que o Programa extinto atendia duas  
378 mil crianças, mas que se tivessem ampliado nestes oito anos talvez fossem mil vagas a  
379 mais totalizando três mil crianças atendidas. Irmã Silvonete fala que hoje são atendidas  
380 oitocentas e quarenta crianças no contra turno social observando que é muito pouco.  
381 Entende que não se estrutura um serviço na política pública em dois meses por isso a  
382 transferência para as Entidades. Fala que para janeiro de 2014 são 1.500 metas e  
383 questiona como se dará isso. Diz que, em sua opinião, seria imprescindível montar uma  
384 Comissão de trabalho para planejar essas metas para que no ano seguinte possam  
385 avaliar como o município executará e quantas serão absorvidas pelas organizações.  
386 Pede para constar na ata que a primeira condição para se trabalhar no ano que vem é  
387 pensar em quantas metas o município assumirá e quantas serão transferidas para as  
388 organizações. Aponta que será necessário exigir que as Entidades ofereçam qualidade  
389 nos serviços devendo o município estabelecer o que elas terão que oferecer. Mostra  
390 preocupação com relação ao valor per capita de noventa e cinco reais, entende que é  
391 preciso saber quanto o serviço custará para depois definir o valor per capita com  
392 posterior cobrança de qualidade pelo município. Fala que se deveria estabelecer qual é  
393 a equipe mínima e para que mínimo de usuário. A conselheira Isabela fala que deverá  
394 ser visto como o município procederá com a institucionalização temendo a possibilidade  
395 de surgir uma prioridade no município e conseqüente cessação do recurso para  
396 Entidade comprometendo a prestação do serviço. O presidente Sr. Luiz Cezar observa  
397 que a qualidade dos serviços é uma preocupação de todos os Conselhos enfatizando  
398 que o poder público deve exigi-la, mas que também deve pagar por ela. Menciona que o  
399 órgão gestor também precisa oferecer serviço de qualidade ao seu usuário. Lembra que  
400 o chefe do município esteve presente neste Conselho e ouviu essa colocação. Diz que a  
401 fiscalização será eficaz se o Conselho tiver estrutura para o desempenho de sua função.  
402 O presidente Sr. Luiz Cezar finaliza esse item expondo para votação a aprovação das  
403 Entidades aptas conforme proposto pela Comissão. **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz  
404 Cezar agradece a presença da visitante Irmã Silvonete dizendo que seu conhecimento  
405 contribuiu para o enriquecimento da reunião. A visitante também agradece dizendo que  
406 todo o processo foi um aprendizado e que gostaria de iniciar o trabalho para o ano  
407 seguinte propondo que a Comissão deveria ser instituída em julho para iniciar em

408 agosto. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que a Comissão discutiu sobre a realização de  
409 edital temendo que não interesse as Entidades devido ao valor irrisório estabelecido.  
410 Aponta que a preocupação é de que dê vazia e não se sabe como ficará o serviço. Fala  
411 que o edital acabará com várias burocracias necessitando apenas de emissão de nota  
412 fiscal. O presidente Sr. Luiz Cezar segue com o item (7)- **Apreciação do parecer da**  
413 **Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social.** O  
414 relator Tierri fala que a reunião aconteceu dia vinte e cinco de junho e que a Comissão  
415 levantou dúvida quanto ao saldo da reprogramação da Gerência de Proteção Básica na  
416 fonte 868. Diz que o valor da reprogramação é inferior ao saldo constante na conta  
417 ocorrendo também com as fontes 831 e 826. Aponta que na fonte 868, o saldo inicial em  
418 janeiro era de R\$ 114.461,21 (cento e quatorze mil quatrocentos e sessenta e um reais  
419 e vinte um centavos) e o superávit R\$ 64.461,21 (sessenta e quatro mil quatrocentos e  
420 sessenta e um reais e vinte e um centavos). Na fonte 826, o saldo era de R\$ 85.075,36  
421 (oitenta e cinco mil, setenta e cinco reais e trinta e seis centavos) e não havia superávit.  
422 Na fonte 831, o saldo era de R\$ 104.733,62 (cento e quatro mil, setecentos trinta e três  
423 reais e sessenta e dois centavos) e o superávit de R\$ 3.740,82 (três mil, setecentos e  
424 quarenta reais e oitenta e dois centavos). Na fonte 830 também há diferença entre o  
425 saldo em janeiro e o superávit apresentado. Informa que as fontes 833 e 869 possuem  
426 receita de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil) e R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)  
427 respectivamente cujos valores não estão sendo gastos corretamente expondo que o  
428 ideal seria a apreciação do Plano trimestral dos meses subsequentes antecedente à  
429 vigência do trimestre. Na fonte 878 não houve gasto desde o início de 2013 e o valor  
430 mensal recebido é de R\$ 12.502,80 (doze mil, quinhentos e dois reais e oitenta  
431 centavos). A conselheira Érica fala que a Comissão discutiu sobre essas diferenças  
432 presumindo que possam se tratar de rendimentos das aplicações financeiras. Diz que a  
433 preocupação é de esse valor sempre ficará na conta não podendo ser utilizado e  
434 menciona que nunca foi apresentado para análise do Conselho. O conselheiro Tierri fala  
435 que na data de ontem, em conversa com o Sr. Ronaldo contador da UGT, lhe foi  
436 explicado que o superávit se refere ao dinheiro recebido e que não foi gasto sendo  
437 cumulativo de ano para ano. E que, no saldo em conta constam valores cujas despesas  
438 foram empenhadas e não pagas no exercício devendo ser quitadas no ano seguinte  
439 nominados de restos a pagar. A conselheira Eliane exemplifica com o aluguel da Casa  
440 Corina Portugal que foi programado, mas não foi pago e necessitou de reprogramação.  
441 O presidente Sr. Luiz Cezar sugere a participação do contador Ronaldo na próxima  
442 reunião para auxiliar nessas questões. A conselheira Érica fala que as coisas estão  
443 sendo apresentadas de forma transparente mencionando que a diretora do Fundo, Sra.  
444 Priscila apresentou uma devolução de R\$ 200.000 (duzentos mil) para a Prefeitura que

445 se referia a débito do ano anterior. Diz que essa devolução somada aos R\$ 300.000,00  
446 (trezentos mil) para reprogramação se aproximou do valor R\$ 700.000,00 (setecentos  
447 mil) constante em saldo na fonte 374 da Proteção Especial. O relator, conselheiro Tierri,  
448 fala que a Comissão sugeriu o agendamento de uma reunião com pessoas da prefeitura  
449 que façam parte desse processo, podendo ser do financeiro e/ ou da contabilidade. A  
450 conselheira Érica diz que as reuniões da Comissão do Fundo acontecerão na última  
451 segunda-feira do mês conforme acordado com a diretora do FMAS. A conselheira Eliane  
452 registra a solicitação de uma reunião extraordinária para apreciação do reordenamento  
453 do PETI. O relator, conselheiro Tierri retoma o problema apontado em várias outras  
454 plenárias relacionado à fonte 827 para pagamento de pessoal limitado em 60%  
455 (sessenta). Diz que estava sendo utilizado valor superior a esse percentual, mas que  
456 está em processo de solução informando que o município se comprometeu em custear  
457 R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) reduzindo o valor gasto do piso para 52% (cinquenta e  
458 dois). Observa que o restante poderá ser aplicado na própria manutenção do CRAS. A  
459 conselheira Vanduire aponta a hipótese de realização de concurso público e atuação de  
460 profissionais efetivos nos CRAS questionando se eles poderiam ser pagos pelo  
461 município. A conselheira Érica e o presidente Sr. Luiz Cezar respondem que deveria ser  
462 assim e mencionam que 60% (sessenta) do recurso federal poderiam ser utilizados para  
463 pagamento de funcionário efetivo. Diz que se saísse concurso abririam mais CRAS  
464 esclarecendo que hoje não há ampliação devido à precariedade da situação. O  
465 conselheiro Tierri comenta que a abertura de CRAS está proibida no município e  
466 retomando o relato diz que a sugestão da Comissão é pelo esclarecimento dessa  
467 diferença entre saldo e superávit. A proposta é pelo convite ao setor financeiro ou  
468 Departamento de Orçamento e Programação. O presidente Sr. Luiz Cezar sugere que  
469 se convide o Sr. Divondir que trabalhou na direção da Gerência Administrativa da  
470 SMAS. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que se deve deferir agora essa convocação dos  
471 departamentos competentes para participarem na Comissão do Fundo. Diz que o intuito  
472 é melhor clareza e esclarecimento das dúvidas evitando o debate na plenária.  
473 **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz Cezar prossegue com o item oito (8) da pauta:  
474 **apreciação do parecer da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades**  
475 **de Assistência Social.** A relatora, estagiária Ariane informa que a Comissão procedeu  
476 com a análise da renovação de inscrição das Entidades Socioassistenciais observando  
477 os documentos solicitados nas Resoluções 16/2012 do CNAS e 03/2012 do CMAS. Diz  
478 que a Comissão sugere o envio de comunicado solicitando atentar para as fragilidades  
479 dispostas. As Entidades APADEVI e JOCUM estão em conformidade com as  
480 resoluções; a APAM e a ABASE deverão prever a participação do usuário no regimento  
481 interno e a necessidade de trabalhar com indicadores sociais; a ADFPG há a

482 necessidade de trabalhar com indicadores sociais e mudar a inscrição de Entidade para  
483 serviço por predominância de recurso financeiro na educação. A conselheira Érica faz  
484 uma ressalva mencionando que a assistente social da Entidade, Ana Teresa, constatou  
485 que foi visualizado erroneamente e que a Entidade não recebe recurso superior pela  
486 educação. A conselheira Érica diz que retornará para análise da Comissão; a  
487 APROAUT há necessidade de trabalhar com indicadores sociais; Paulo de Tarso  
488 precisa alterar o CNPJ e trabalhar com indicadores sociais. A conselheira Isabela  
489 explica que nenhuma das Entidades analisadas conseguiu contemplar o trabalho com  
490 indicadores. Diz que foi uma questão geral e que a Comissão não poderia deixar de  
491 aprovar. A conselheira Érica observa a necessidade de oferta de um curso sobre  
492 indicador social dizendo que é algo novo e difícil. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que  
493 as Entidades nominadas estão todas em conformidade com as normas, excetuando a  
494 ADFPG que voltará para Comissão. Diz que se deve aguardar a análise das outras  
495 Entidades para emissão de Resolução única. **Aprovado.** A assistente social Sra.  
496 Sandra comunica que a partir do dia primeiro de julho os conselheiros poderão fazer a  
497 inscrição para Conferência no *site* da prefeitura. Definiu-se que a reunião extraordinária  
498 será dia dez de julho. **Encerramento:** Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar,  
499 o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva agradece a presença dos conselheiros e demais  
500 convidados encerrando a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. A presente Ata foi  
501 gravada e transcrita pela assistente de administração, Sra. Patrícia Mitui e redigida por  
502 mim, Lucília do Rocio Lopes Andrade, secretária executiva que, após aprovada segue  
503 assinada por mim, pelo presidente e demais conselheiros presentes.